

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Gaúchos em Roraima e Sergipe



FOTOMONTAGEM/DIVULGAÇÃO/JC

A presença gaúcha no Senado Federal ultrapassa as fronteiras do Rio Grande do Sul na próxima legislatura. O deputado federal Antonio Nicoletti (PL-RR, à esq. na foto), natural de Ijuí, e o senador Alessandro Vieira (MDB-SE, à dir. na foto), nascido em Passo Fundo, garantiram suas cadeiras na Câmara alta para os próximos oito anos de legislatura.

Da PRF ao Senado

Nascido em Ijuí, Antonio Nicoletti construiu sua carreira pública após ingressar nos quadros da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Roraima. Graduado em Direito e com atuação voltada à segurança pública e à infraestrutura regional, Nicoletti projetou-se politicamente no Estado, onde foi eleito deputado federal em 2018 e reeleito em 2022, consolidando agora sua ascensão ao Senado pelo PL.

De Sergipe à liderança no Congresso

Natural de Passo Fundo, o delegado da Polícia Civil Alessandro Vieira consolidou sua trajetória em Sergipe, onde ganhou notoriedade estadual no comando de operações contra crimes na administração pública. A projeção técnica o levou à política em 2018, quando se tornou o senador mais votado da história de Sergipe. Reeleito para o Senado pelo MDB, o parlamentar mantém papel de destaque na condução de pautas de transparência, combate à corrupção e fiscalização institucional no Congresso.

Ressarcimento ao INSS por feminicídio

O deputado federal gaúcho Giovani Cherini (PL) apresentou requerimento na Câmara dos Deputados para que a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) passe a analisar um projeto de lei de 2019 que obriga os autores de feminicídio a ressarcirem os cofres do INSS pelos valores pagos em pensões por morte ou benefícios previdenciários aos dependentes da vítima.

STJ anula júri que condenou médico

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a anulação do julgamento do Tribunal do Júri do Rio Grande do Sul (TJRS) que havia condenado um médico obstetra a 14 anos de prisão e uma enfermeira a 11 anos pela morte de um recém-nascido após parto domiciliar. A decisão acolheu recurso da defesa após o TJRS ter vetado o depoimento dos peritos solicitados.

Senado começa a discutir PEC do fim da escala 6x1

Votação, devido ao trâmite legislativo, deve ficar para próxima semana

/ CONGRESSO NACIONAL

O Senado deu início nesta terça-feira à primeira discussão da Proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1. Bandeira do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e passará por teste de fogo no plenário, agora sob pressão do resultado das urnas no último domingo.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), disse, ao chegar ao Congresso Nacional, que poderá colocar a proposta em votação na próxima semana, para a análise em primeiro turno. Regimentalmente, as PECs precisam passar por cinco sessões de discussão antes da primeira votação, e de mais três, antes da segunda.

Segundo os cálculos apresentados por Alcolumbre, se a PEC 6x1 for aprovada na primeira votação, a segunda não aconteceria antes do segundo turno das eleições, que será realizado em 25 de outubro.

O governo chegou a articular para antecipar a votação da PEC, algo que, regimentalmente, só pode ser feito por acordo. No entanto, Alcolumbre já tinha indicado à base do governo que seguiria o regimento para que senadores contrários e favoráveis à proposta possam se manifestar.

O senador esteve reunido, nesta terça, horas antes do início da sessão, com o ministro José Guimarães (Relações Institucionais) e a líder do governo no Senado, Teresa Leitaô (PT-PE). “Qual é o meu desejo? Cumprir integralmente o rito constitucional, sem atropelos, sem acelerar nada. Cumprir terça, quarta e quinta as sessões de discussão das cinco primeiras da PEC do primeiro turno.

E, a partir daí, da sexta, organizar novamente uma pauta”, disse o chefe do Senado a jornalistas.

Segundo José Guimarães, a expectativa do governo é que o texto seja aprovado. “Penso que vai ser um grande debate e que o Brasil precisa conhecer a posição de todos os senadores”, disse Guimarães. “Quero ver a turma do Flávio Bolsonaro votar contra”, completou.

O senador do PL, adversário de Lula no segundo turno da disputa presidencial, disse nesta terça que a redução na jornada de trabalho é oportunista. “Tenho certeza que o trabalhador brasileiro quer muito mais do que isso”, disse Flávio.

O candidato à Presidência não participou da sessão da CCJ em que o relatório da PEC foi aprovado e evitou responder se votaria contra ou a favor da proposta endossada pelo governo. Ele tem defendido uma proposta do PL que prevê a liberação, por acordo individual, de jornadas com remuneração por hora, com permissão para redução da remuneração dos trabalhadores de maneira proporcional.

Em discurso no plenário, a li-

der do governo do Senado também cobrou que os senadores se posicionem sobre o tema. Ela afirmou, sem citar nomes, que houve um movimento mal sucedido da oposição para tentar obstruir a sessão desta terça e reforçou que há um acordo com Alcolumbre para analisar a PEC. Teresa Leitaô fez um apelo para que os colegas compareçam para discutir o texto e agradeceu aos que estão na casa, incluindo os que são contrários à medida, como Damare Alves (Republicanos-DF).

A PEC do fim da 6x1 reduz a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas, com a concessão obrigatória de duas folgas semanais, uma delas preferencialmente aos domingos, sem redução da remuneração. A alteração constitucional prevê uma transição para a redução das quatro horas semanais.

Entidades empresariais ligadas aos setores de comércio e serviços e indústria, contrárias à aprovação da PEC, fazem uma mobilização para pedir que senadores da oposição não compareçam à sessão de votação, de modo a não garantir ao governo o quórum mínimo.



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Davi Alcolumbre projeta análise final após segundo turno eleitoral

Moraes exclui receitas próprias da DPU do teto de gastos

/ JUDICIÁRIO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), excluiu do teto de gastos previsto no arcabouço fiscal as despesas da Defensoria Pública da União (DPU) custeadas com receitas próprias. As receitas de convênios e contratos vinculados ao custeio das atividades da instituição também deverão ser excluídas do teto.

A liminar foi proferida na última segunda-feira pedido da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef). A Anadef alegou que a Constituição garante à DPU autonomia funcional, administrativa e financeira.

Como o Supremo já determinou a exclusão das receitas próprias do Ministério Público (MP) e do Judiciário do teto fiscal, a entidade sus-

tenta que não seria admissível “negar a mesma proteção à DPU”.

Moraes ressaltou que a DPU deve se adequar aos limites exigidos pela responsabilidade fiscal, mas afirmou que o modelo atual acarreta em prejuízo por “represar recursos orçamentários oriundos de receitas próprias, sobretudo quando estes se encontram vinculados a propósitos específicos diretamente relacionados à sua autonomia”.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323